

Turismo e Cultura Local: a herança histórica de São Vicente – São Paulo

Local Culture and Tourism: the historical heritage of São Vicente – São Paulo

*Olga Tulik*¹
*Irene Tulik M. Roque*²

RESUMO: O aproveitamento da herança histórica como atrativo turístico é o tema deste artigo sobre São Vicente, município situado no litoral do Estado de São Paulo que, durante muitas décadas, permaneceu à margem do processo de desenvolvimento regional. Ações públicas direcionadas para a valorização de fatos e de sítios históricos associadas a obras de infra-estrutura urbana transformaram a imagem, contribuíram para a conscientização dos valores culturais e, principalmente, para resgatar a identidade local e a auto-estima dos residentes perdidas no longo período de estagnação.

PALAVRAS-CHAVE: turismo cultural; imagem local; herança histórica; São Vicente, litoral paulista.

ABSTRACT: The utilization of historic heritage like tourist attraction is the subject of this paper about São Vicente, coastal city of São Paulo. For decades it remained at the edge of local develop. Public Action orientate towards valorization of facts and historic sites associated with infrastructure change this image and contribute to the conscience of cultural value

1. Licenciada e Bacharel em Geografia, Mestre e Doutora em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Livre-docente em Turismo pela ECA/USP, Professora do Programa de Mestrado e Doutorado em Ciências da Comunicação/Turismo e Lazer da ECA/USP, Coordenadora do Curso de Graduação em Turismo da Faculdade Cásper Líbero da Fundação Cásper Líbero. Contato: Av. Prof. Lúcio M. Rodrigues, 443 Bloco B – 05508-900 – São Paulo-SP; e-mail: tuliktur@usp.br.

2. Licenciada e Bacharel em Letras, Mestre em Ciências da Comunicação/Turismo e Lazer pela ECA/USP, Professora do Curso de Turismo da Faculdade do Guarujá (SP). Contato: Rua Azul Loureiro, 689 – 11430-110 – Guarujá-SP; e-mail: tulikroque@uol.com.br.

principally to redeem the local identity and the residents self-esteem lost in that long period of inertia.

KEYWORDS: cultural tourism; local image; historical heritage; São Vicente, São Paulo coastal.

Introdução

Nos últimos anos, inúmeras localidades perceberam a importância dos componentes culturais para desenvolver o turismo, sobretudo a modalidade urbana relacionada ao turismo de massa. Embora o tema tenha alimentado debates polêmicos, a utilização da cultura como recurso turístico vem mostrando que a sua valorização econômica pode trazer benefícios, gerando emprego e renda que se refletem em vantagens sociais.

Algumas questões, entretanto, precisam ser consideradas quando se pensa em desenvolver o turismo. Dificilmente essa atividade terá sucesso se a imagem local for negativa em virtude de infra-estrutura urbana deficiente. Outros fatores, como a qualidade de vida dos moradores, por exemplo, acabam, também, interferindo na imagem projetada nos meios de informação e, conseqüentemente, afetam a imagem turística. Deve-se lembrar, ainda, que, na maioria das localidades turísticas, moradores e visitantes compartilham serviços públicos e mesmos espaços de lazer.

Esta abordagem apresenta o caso de São Vicente, estância balneária paulista, que conseguiu transformar a imagem local a partir de ações públicas direcionadas para a melhoria da infra-estrutura urbana, para a qualidade vida dos moradores e para o desenvolvimento do turismo, associado à história dos primeiros tempos da ocupação portuguesa, no século XVI.

São Vicente não está incluída nos circuitos das agências de viagens e, assim como em tantas outras estâncias litorâneas, o turismo é predominantemente doméstico, acontecendo nas férias e nos finais de semana, estando apoiado em residências secundárias. Recentemente, graças a alguns eventos baseados na história local, a cidade ocupou espaço na mídia e passou a receber, também, visitantes eventuais, moradores e turistas, vindos das cidades próximas.

São Vicente: dos ciclos de apogeu e declínio ao renascimento

São Vicente está localizada na ilha do mesmo nome, na parte central do litoral paulista conhecida como Baixada Santista. O início da ocupação do espaço regional esteve associado à expansão portuguesa, que alcançou o território brasileiro no começo do século XVI. São Vicente deve sua origem à posição estratégica

que ocupou, em relação ao domínio e à defesa das terras pertencentes a Portugal, naquele momento histórico.

Vários documentos cartográficos do século XVI referem-se ao porto e rio de São Vicente, estando o povoado presente no Islário de Alonso de Santa Cruz, de 1527. Entretanto, a posse oficial do território vicentino somente ocorreu com a expedição de Martim Afonso de Souza, em 1532, que veio com a intenção de fundar uma vila. Em 22 de janeiro desse mesmo ano foi oficializado o primeiro núcleo regular de colonização portuguesa nas Américas, fato que constitui um referencial para a herança cultural vicentina.

Em torno dessa primeira vila organizou-se o espaço regional, e foi esse evento que assegurou o domínio português nessa parte do território brasileiro, conforme os padrões da época. O historiador Madre de Deus destaca que o pequeno núcleo, que já existia antes da chegada de Martim Afonso, foi dotado de matriz, cadeia, Casa do Conselho e de todas as demais obras públicas necessárias para ser elevado à vila (Madre de Deus, 1975: 61).

A importância de São Vicente logo decaiu, pois Santos, povoado vizinho situado na mesma ilha, detinha melhores condições para o atracadouro de embarcações e acabou, ao longo da história, firmando-se como ponto de apoio no cenário regional. A cultura canaveira, que se esboçara no entorno do engenho de São Jorge dos Erasmos – o primeiro do Brasil – logo se esgotou, pois São Vicente não dispunha de terras adequadas e de espaços suficientes para a expansão agrícola. Além disso, em 1542, o núcleo inicial de povoamento foi destruído pelo mar e, conforme o relato do jesuíta Fernão Cardim, já em 1585, São Vicente estava com o seu povoamento comprometido (Cardim, 1980:174). O pequeno povoado de Santos, porém, no lado oposto da ilha de São Vicente, estruturou-se em função do porto e, desde os primeiros tempos da ocupação, beneficiou-se com os surtos econômicos regionais. O açúcar trazido do interior paulista foi fundamental para estabelecer a ligação do porto de Santos com a cidade de São Paulo. Esse binômio, Baixada-Planalto, consolidou-se, no final do século XIX, com a produção cafeeira que, do Vale do Paraíba, se expandiu, chegando ao Oeste Paulista.

São Vicente decaiu, permanecendo alheia ao desenvolvimento que, a partir da exportação do café, principalmente, processou-se na Província, depois Estado de São Paulo, alcançando Santos. O sistema rodo-ferroviário estruturou-se na Baixada Santista em torno da ligação São Paulo-Santos, colocando São Vicente à margem das oportunidades de desenvolvimento.

O turismo, em pequena escala, na Baixada Santista, já podia ser observado antes de 1940, quando uma elite procurava as praias nas temporadas de verão.

Foi, entretanto, com a implantação da indústria automobilística no planalto, especificamente em São Bernardo do Campo, a partir de 1950, aliada à melhoria das vias de acesso e a outros fatores de natureza socioeconômica, que se consolidou, na década seguinte, o turismo de massa que alcançou, também, São Vicente. A reestruturação do espaço da orla vicentina visava atender às novas exigências de uma demanda que buscava hotéis, pensões e, principalmente, residências secundárias que, a cada ano, se tornavam mais numerosas.

O pequeno núcleo, que pouco extravasara do espaço original até o século XIX, expandiu-se, ocupando os mangues. A orla vicentina conheceu momentos de apogeu, principalmente nas temporadas de verão. Assim como aconteceu em todo o litoral paulista, a residência secundária tornou-se, em São Vicente, o principal meio de hospedagem. O processo acentuou-se nas décadas de 1960 e 1970, diminuindo a partir de 1980 e 1990, a proporção de residências secundárias em relação ao total de domicílios. Em 1991, a porcentagem desses domicílios de uso ocasional era de 17,37% (Tulik, 2001: 76). Atualmente, vem aumentando o número de hotéis, pensões e pousadas, o que mostra uma nova tendência na estrutura dos meios de hospedagem.

A redução da porcentagem de residências secundárias em relação ao total de domicílios deve-se a vários fatores, como o aumento de residências permanentes em decorrência de políticas habitacionais direcionadas para a construção de casas populares, o que reduziu a participação das casas de temporada no conjunto de domicílios. Além disso, a praia, espaço preferido pelos turistas, há muito está saturada. Restaram poucas possibilidades para a expansão de imóveis para turistas (Roque, 2002: 59).

Atualmente, nas áreas mais distantes das praias, mas ainda na ilha de São Vicente, também são poucos os espaços para a expansão urbana. Situação diversa foi observada por Penteadado que, referindo-se ao final de 1960, afirmou que São Vicente tinha maiores possibilidades de expansão urbana do que Santos – sua rival. Ressaltou esse autor que os manguezais e morros apresentavam ocupação rarefeita (Penteadado, 1965: 18-19). Entretanto, esses espaços foram ocupados espontaneamente no decorrer de 1970 e nos anos seguintes por moradores de baixa renda, provocando uma expansão urbana descontrolada. Esse fato acentuou, ainda mais, a pobreza e a miséria que se refletiram na imagem local. (Roque, 2002: 59).

São Vicente, que já perdera a tranquilidade na orla praiana com o turismo de massa, passou a sentir os efeitos de ocupações espontâneas nas áreas periféricas. Com essa expansão, mais acelerada a partir de 1970 com o crescimento dos bairros, com o turismo de massa e a inoperância administrativa, vieram os problemas: poluição das praias, ocupação desordenada dos mangues e dos morros, invasões de áreas públicas e particulares, falhas no abastecimento de água e de energia elétrica para atender à crescente demanda turística e local. Além disso, a

falta de opções de trabalho e a baixa renda da população acentuaram a imagem de periferia que São Vicente já apresentava e a sua dependência do município de Santos quanto à educação, prestação de serviços e saúde (Roque, 2002: 59-60).

Em São Vicente, salvaguardadas as características e proporções próprias de cada momento histórico, ocorreram períodos de apogeu e de declínio. No início, o pequeno povoado ganhou importância, a ponto de seu nome comunicar-se a toda a ilha, onde também se instalaram o porto e a vila de Santos, e à Capitania. Rapidamente, a vila de São Vicente decaiu, apresentando pequena evolução, mesmo demográfica, até que, com o modismo dos banhos de mar, a já então cidade de São Vicente passou a ser procurada, nas temporadas de verão, por uma pequena elite que vinha em busca do que se tornaria seu maior atrativo – a praia. O apogeu dessa procura, porém, só ocorreu nos anos que se seguiram a 1950, transformando São Vicente numa Estância Balneária de algum prestígio.

O isolamento em relação às vias de comunicação, principalmente rodovias, e a concorrência de outras localidades turísticas próximas foram alguns dos fatores que contribuíram para a falta de opções econômicas, acentuando a dependência de São Vicente em relação a Santos. Paralelo ao progresso do município vizinho, ocorreu a decadência vicentina, agravada pelo crescimento desordenado e pela multiplicação de problemas decorrentes da falta de opções econômicas que pudessem gerar emprego e renda.

Tal situação pode explicar a posição inferiorizada que São Vicente passou a ocupar no panorama do Estado de São Paulo, principalmente no final de 1970. Nem mesmo a orla vicentina, apesar de sua atratividade natural, garantiu algumas oportunidades de emprego e escapou dessa crítica situação e, durante muitos anos, a imagem dessa estância balneária esteve ligada à poluição das praias e à degradação ambiental, à falta de segurança e à pobreza que se refletiram, também, na auto-estima da população.

A partir dos primeiros anos da década de 1990, novas idéias político-administrativas vêm impulsionando o progresso do município, que passa por um momento de reorganização nos planos territorial, social e econômico graças às ações públicas, visando criar oportunidades de emprego para reerguer o município com o turismo.

Algumas Questões Urbanas e sua Relação com o Turismo Local

O desenvolvimento turístico em espaços urbanos leva a uma série de reflexões, principalmente quando se espera que essa atividade gere emprego e renda e seja capaz de regenerar a economia local. Questões relacionadas à imagem local e

que interferem na imagem turística estão relacionadas a deficiências de serviços públicos, saúde, segurança e infra-estrutura em geral.

Cidades turísticas detêm atrativos que vêm sendo considerados responsáveis pela motivação inicial dos visitantes. Entretanto, essas cidades concentram, também, problemas econômicos e sociais que precisam ser considerados nas políticas públicas e que exigem solução. Não raramente, a mídia divulga a localidade, transmitindo idéias apoiadas em componentes reais ou estereotipados que se propagam, formando imagens nem sempre positivas. Selby e Morgan lembram que imagens de destinos turísticos, mais do que produtos, são influenciadas por fontes de informações. Localidades litorâneas, por exemplo, podem ter divulgados determinados aspectos sociais e ambientais negativos que são incorporados à imagem local (Selby e Morgan, 1996). Neste caso, será preciso um esforço de marketing para atenuar, ou mesmo eliminar, os componentes negativos da imagem projetada na mídia. O sucesso poderá depender de uma gestão pública eficiente que providencie os meios necessários para o desenvolvimento, que poderá reforçar os componentes positivos da imagem local.

Vários autores têm alertado para a responsabilidade que o governo local deve ter pelas questões públicas essenciais relacionadas à infra-estrutura básica. Alguns exemplos mostram que a carência ou a inadequação de serviços impede o desenvolvimento do turismo. Um dos maiores obstáculos para entender essa relação é que, além de não gerar renda, a infra-estrutura não é vista como um investimento. Entretanto, ao desconsiderar esses aspectos, as políticas públicas falham, pois a imagem local, e também a turística, é afetada.

Deve-se lembrar, ainda, uma outra questão urbana que se projeta no turismo: o uso compartilhado de serviços públicos e alguns espaços por moradores e por turistas. Serviços públicos destinados ao morador beneficiam a imagem local e contribuem para a melhoria da qualidade de vida do residente. Mesmo quando as ações públicas são direcionadas para trechos urbanos eminentemente turísticos, os moradores beneficiam-se, pois ambos compartilham os mesmos espaços de lazer.

Existem, evidentemente, situações que escapam a esse raciocínio, que não pode ser aplicado aos destinos apoiados num turismo elitista, nacional ou internacional, que privilegia camadas sociais mais afortunadas. Nesses casos, podem ocorrer enclaves ou exclusão de moradores, como acontece, por exemplo, na cidade mexicana de Cancun.

Em São Vicente, algumas questões urbanas estão relacionadas ao turismo, pois compõem a imagem local que se reflete na imagem turística. Entre elas, destacam-se as condições de moradia dos residentes e as obras de saneamento básico.

Entendendo que um dos indicadores da qualidade de vida é a moradia, além de outros aspectos correlatos, o poder público local criou programas de apoio

para abrigar moradores de rua, tratou da urbanização de favelas, doou terrenos em áreas públicas e material de construção para algumas famílias carentes de recursos. Obras de saneamento foram realizadas para contornar problemas ambientais como enchentes junto aos mangues, coleta de lixo domiciliar nas áreas de invasão, além da ampliação das redes de abastecimento de água, energia elétrica e esgoto. Para melhorar a qualidade de vida da população, as iniciativas públicas vêm considerando aspectos da totalidade, incluindo políticas habitacionais, de educação, de esporte e de lazer, assistência e integração social, segurança, infra-estrutura e serviços de apoio. Visando gerar emprego e renda, as ações públicas foram direcionadas para o turismo. Essas medidas, entretanto, não foram suficientes para resolver todos os problemas de uma cidade que, durante muitas décadas, não se desenvolveu, apenas cresceu, permanecendo à margem do progresso regional. A cidade, porém, teve oportunidade para renascer com o turismo, o que, no momento atual, foi proporcionado pelas ações públicas direcionadas para incrementar fatores de atratividade com base, principalmente, na herança histórico-cultural de um passado remoto.

A Cultura como Recurso Turístico

Existe polêmica quanto às conseqüências da utilização da cultura como atração turística. Os críticos apontam efeitos perversos como a mercantilização da cultura em detrimento de suas características originais, mudando formas e funções tradicionais para atender às expectativas dos turistas. Outros argumentam que o turismo promove a revitalização de centros urbanos decadentes e que muitas tradições teriam desaparecido se estas não fossem resgatadas para se transformarem em atrativos turísticos. O que se observa, na maioria dos países, é que o patrimônio cultural, visto como recurso econômico a serviço do turismo, vem subsidiando processos de desenvolvimento, revitalizando cidades e o patrimônio local, contribuindo para gerar emprego e renda e, principalmente, para resgatar componentes da identidade cultural e aumentar a auto-estima dos residentes envolvidos. Os argumentos a favor dessa questão fundamentam-se, ainda, nas possibilidades proporcionadas pelo turismo, decorrentes da implantação das estruturas necessárias que também beneficiam os moradores.

Alguns autores acreditam que não há como não se reconhecer que o turismo cultural tornou-se, efetivamente, um valor econômico e simbólico da civilização contemporânea. Getz observa que os eventos podem despertar o interesse pela história local, mas, também, podem reduzir os fatos a “slogans” e personagens triviais. Entretanto, a participação dos residentes e o controle do poder público podem proteger o evento de influências externas capazes de minar a au-

tenticidade cultural em detrimento da comercialização. Lembra o autor que “os benefícios dos acontecimentos turísticos excedem seus custos e problemas, especialmente nos eventos comunitários” (Getz, 2001: 424).

A falta de opções econômicas em algumas localidades turísticas, que geralmente têm como renda principal as taxas e os impostos, tem contribuído para que as ações públicas se voltem para o potencial histórico-cultural. Entretanto, como observam Jansen-Verbeke e Lievois, a revitalização pelo turismo depende de recursos financeiros, vontade política e parceria com o setor privado. Conforme esses autores, as políticas de revitalização direcionam-se para a regeneração do centro histórico, em diferentes fases, que incluem a adaptação a novas funções, investimentos na infra-estrutura básica e busca de novos usos para antigas estruturas; abordagem integrada entre a regeneração urbana, o turismo e o interesse político nessa revitalização; avaliação crítica do potencial das localidades históricas para o turismo e do modo como esses recursos estão sendo transformados em produtos, além da preocupação com a identidade cultural dos lugares (Jansen-Verbeke e Lievois, 1995: 105-108).

Em São Vicente, poucos remanescentes existem do patrimônio edificado que remonte aos primeiros tempos da ocupação. Entre eles destacam-se as ruínas do Parque das Naus, do século XVI, e a Igreja Matriz, do século XVIII. Ataques de piratas, incêndios e calamidades naturais concorreram para a destruição, e o pouco que sobreviveu sofreu pressão contínua do processo de ocupação, cedendo lugar às novas construções. Existem, entretanto, muitas referências aos acontecimentos e aos sítios históricos, os quais aparecem registrados em documentos e em algumas obras neles baseadas, antes da destruição dos originais, como a de frei Gaspar da Madre de Deus, ou que são contemporâneas aos fatos, como a do jesuíta Fernão Cardim. Encontram-se, ainda, referências a lendas que povoaram o imaginário dos primeiros habitantes, especificamente a do Ipujiara. Durante muito tempo, apenas historiadores e poucos moradores reconheciam a importância dessa herança cultural vicentina. A ignorância dos fatos históricos era comum à maioria da população.

A partir dos últimos anos da década de 1990, objetivando incrementar o turismo, como uma possibilidade de gerar emprego e renda, o poder público recorreu à herança histórica vicentina como um diferencial para incrementar os fatores de atratividade.

Era necessário criar um diferencial, pois, na Baixada Santista, todas as estâncias apresentam condições semelhantes: domínio do turismo de sol e praia e referências ao período colonial. Além disso, também é comum a todas a figura do caçara, que marcou a ocupação de algumas praias a partir do século XIX. São Vicente buscou diferenciar-se, nesse contexto, aproveitando a singularidade de um evento histórico.

As ações públicas concentraram-se no aproveitamento de referências documentais e bibliográficas sobre acontecimentos que marcaram os primórdios da ocupação; na valorização dos sítios históricos que foram objeto de prospecções arqueológicas, de restauração, adaptação ou recriação de ambientes da época da fundação da primeira vila; na revitalização de uma lenda; e, conforme já mencionado, na melhoria da infra-estrutura urbana.

A base para a ação estratégica desenvolvida pela gestão pública contou com a parceria da iniciativa privada e da população; envolveu o aproveitamento de propostas da gestão anterior, a elaboração de novos projetos e a adaptação e o aperfeiçoamento dos atrativos existentes, priorizando as características diferenciais, estas, centradas no fato histórico singular da chegada de Martim Afonso para fundar a primeira vila. Entre os atrativos criados ou aprimorados serão destacados, nesta análise, a Réplica da Primeira Vila, o Ipupiara e a Encenação da Chegada de Martim Afonso.

A Réplica da Primeira Vila, situada num espaço público, junto à Matriz de São Vicente, é formada por um conjunto de construções edificadas em 2001, com base nas obras de Benedito Calixto, pintor que se notabilizou por fundamentar-se em documentos históricos. Nesse espaço, existem réplicas do pelourinho, de moradias e de outras construções que abrigam museu e teatro de pequenas dimensões, restaurante típico português, lanchonete e loja de artesanato que comercializa reproduções de armaduras e de louças portuguesas. O atendimento é feito por pessoas vestidas à moda da época as quais, nos dias de maior movimento, se misturam ao público e, inesperadamente, simulam situações como ataques de piratas. A encenação envolve o público e tem como diferencial a indumentária dos participantes e dos comerciantes do local.

O Ipupiara (“demônio das águas”), que aterrorizou os primeiros habitantes da Vila de São Vicente, apareceu em 1564 (Santos, 1970: 13). Nessa época, registrou-se a presença do chamado monstro, que foi morto por um dos moradores. A lenda permaneceu esquecida até 1996, ressurgindo como um atrativo, ganhando forma e espaço próprios, num conjunto denominado Parque do Ipupiara, no local aproximado de sua aparição no século XVI.

Sabe-se, hoje, da existência de animais marinhos de grandes proporções como lulas gigantes já apresentadas em documentários. Diegues, em sua obra *Povos e Mares*, afirma que até a Idade Moderna, sobretudo até a época das grandes viagens ibéricas, o mar-oceano era objeto de um misto de explicações míticas e religiosas que compunham o imaginário dos navegantes (Diegues, 1995: 6). A lenda do Ipupiara, em São Vicente, é um resquício do imaginário relacionado a esses monstros marinhos, temidos pelos navegantes que se aventuravam pelos mares.

Estabelecendo uma analogia com a análise de Diegues, pode-se dizer que, no passado, o Ipupiara fazia parte das representações simbólicas do mundo natural. O mar era habitado por monstros e um obstáculo a ser vencido. O Ipupiara de São Vicente mostra a percepção ambiental dos moradores, apoiada em juízo de valor e crenças, no simbolismo com representação das “forças” da natureza.

No mundo moderno, segundo Morin, esses mitos persistem em regiões rurais distantes e atrasadas, mas também ressurgem no mundo urbano (*apud* Diegues, 1995: 171). O autor refere-se ao imaginário coletivo que diz respeito à permanência espontânea de um mito. No caso de São Vicente, o símbolo de uma lenda não ressurgiu pelo imaginário coletivo contemporâneo, pois, de um modo geral, os moradores desconheciam o Ipupiara. O ressurgimento do mito ocorreu pela iniciativa pública, a fim de incrementar a atratividade turística local. O Ipupiara não reapareceu espontaneamente da lembrança dos residentes, mas foi intencionalmente reproduzido para compor a oferta de atrativos que interessa até mesmo aos residentes. A fim de estabelecer uma diferença entre a ressurgência de um mito, que tem como característica a espontaneidade, e o caso de São Vicente, pode-se dizer que o Ipupiara foi o resgate “formal” de uma lenda. Não se trata de ressurgência espontânea, mas de um resgate intencional que contou com a aceitação dos moradores. O aspecto positivo desta ação pública foi a divulgação de uma lenda desconhecida pela maior parte da população, que contribuiu para reforçar a identidade local, apoiada num mito do passado.

A Encenação da Chegada de Martim Afonso, em São Vicente, é o mais expressivo dos eventos locais e ocorre por ocasião do aniversário da cidade, 22 de janeiro, quando foi fundada a Vila. Embora fosse realizada há mais de 15 anos e não contasse com qualquer patrocínio, foi, a partir de 1996, objeto de ações públicas para transformá-la num espetáculo grandioso que passou a ser divulgado pela mídia, inclusive, a nacional.

Para atingir os objetivos, o evento foi inteiramente reformulado e passou a ser objeto de parcerias com o setor privado, permanecendo o envolvimento, que já existia, com a população local. A encenação conta com cerca de 500 figurantes, sendo a maior parte residentes, e com a participação de atores de renome. O espetáculo acontece na praia, numa arena especialmente montada para esse fim, onde o ambiente é recriado tal como se supõe que fosse em 1532. No cenário natural, reconstruído a cada ano, os participantes, durante uma semana, simulam a chegada e os eventos ocorridos naquele momento histórico para uma platéia que chega a 10 mil pessoas por dia.

Ao contrário do que se verifica em algumas localidades, onde as representações são estilizadas e fantasiosas, a encenação em São Vicente reproduz fatos fundamentados nos documentos e nas obras específicas. Analisando a questão da

autenticidade dos eventos, Getz observa que o conceito de autenticidade é difícil e aberto a muitas interpretações (Getz, 2001: 440). Conforme o mesmo autor, os eventos com temas históricos devem incorporar altos graus de autenticidade, mas isso não pode ser tomado como habitual, sendo o grau de participação e o apoio comunitários uma medida da autenticidade (Getz, 2001: 432-433). Outros autores compartilham dessa opinião, afirmando que a situação ideal é aquela em que tanto a comunidade anfitriã quanto os visitantes consideram a experiência como autêntica (Cooper et al., 2001: 343).

A encenação da chegada de Martim Afonso em São Vicente, ao simular as condições do passado, renovou a atratividade local, valorizou a praia, que é o recurso tradicionalmente procurado, e exerceu função educativa, divulgando a história, além de resgatar a identidade local.

Em São Vicente, as ações públicas não estão direcionadas para atrativos isolados, mas para conjuntos, compondo o que Pires denomina alavancagem múltipla. Para esse autor, esse método valoriza o caráter plural das atrações em uma mesma localidade e mostra a importância de preservarem-se diversos recursos associados a um recurso principal para aumentar a atratividade turística (Pires, 2001: 18).

As estratégias de promoção ganham reforço quando associadas aos “slogans”, frases e símbolos criados com o objetivo de firmar características locais. Vários autores analisaram esta questão, entre eles: Kotler, Haiden e Rein (1994), Machin (1993), Vaz (1995), Cooper e outros (2001) e Roque (2002), que estudou o caso específico de São Vicente.

Essa ferramenta de marketing foi utilizada em São Vicente para firmar a sua ligação com a tradição histórica em frases como: Célula Mater da Nacionalidade; A primeira cidade do Brasil; São Vicente – A primeira sempre; A primeira Câmara das Américas; Aqui nasceu o Brasil (aproveitando as comemorações dos 500 anos) (Roque, 2002: 111-112).

A frase “Célula Mater da Nacionalidade”, que desde 1965 aparece timbrada nos papéis oficiais, não ganhou reconhecimento público, talvez pela pouca importância que, naquela época, se atribuía ao marketing. Nos últimos cinco anos, a preocupação em estabelecer a identidade local com o passado histórico levou a criação das demais frases que, embora não sejam de uso obrigatório no âmbito oficial, foram assimiladas pelos residentes à custa de exaustiva exposição nos meios de comunicação, em painéis distribuídos em pontos estratégicos e até mesmo nas “vans” que fazem o transporte alternativo no município. A caravela, em metal dourado, foi o símbolo escolhido para relacionar a cidade aos primeiros descobrimentos e aparece nos locais de orientação para turistas e moradores. Estilizada, a

caravela aparece impressa nos veículos oficiais, nos espaços destinados aos eventos e, até mesmo, nas camisetas dos “garis” (Roque, 2002: 112).

Essas iniciativas, além de formarem uma nova imagem associada a um fato histórico local, promovendo-a e fixando-a, contribuíram para resgatar a identidade que estava perdida e a auto-estima dos residentes apoiada na idéia de pertencer a uma localidade (Roque, 2002: 131).

Considerações Finais

São Vicente é, apenas, uma das muitas localidades que despertaram para o aproveitamento da herança cultural, expressa em seus recursos históricos, transformando-a em atrativos para turistas e moradores. Paralelamente, foram tomadas medidas para resolver ou atenuar alguns problemas urbanos, o que contribuiu para melhorar a qualidade de vida dos residentes.

Para alcançar seus objetivos, o poder público adotou instrumentos políticos considerados eficientes, fundamentados na informação e na educação, que contaram com a aceitação da maior parte dos moradores, os quais passaram a valorizar a cidade. A participação popular, seja nas questões urbanas, seja nos atrativos, como na Encenação da Chegada de Martim Afonso ou na prestação de serviços na Réplica da Primeira Vila, tornou viável a administração pública. O interesse do governo municipal e, principalmente, as ações desenvolvidas em parceria com a iniciativa privada e a população foram fundamentais para o sucesso. O resultado mais evidente pode ser percebido pela opinião pública e pelas notícias divulgadas pela mídia, que contribuíram para transformar a imagem local. As ações desenvolvidas contribuíram, também, para o conhecimento dos fatos históricos, para a conscientização dos valores culturais e para o apego às tradições e, com isso, a cidade renasceu e, sobretudo, resgatou a identidade e a auto-estima perdidas ao longo do período de estagnação.

Deve-se considerar, entretanto, que cidades são dinâmicas e que o crescimento tende a multiplicar problemas urbanos não resolvidos; que os atrativos turísticos perdem sua força com o tempo, pelo descuido na manutenção e pela falta de promoção adequada e que as políticas públicas podem mudar e estabelecer outros rumos e prioridades.

O desafio que se apresenta é a continuidade administrativa. Se houver mudança da política pública e não forem utilizados instrumentos adequados que considerem os problemas urbanos e a cultura local, esse processo poderá ficar truncado ou comprometido. Resta, porém, refletir sobre a possível permanência

de alguns atrativos, como é o caso da Encenação que já vem acontecendo há cerca de 15 anos, confirmando que eles podem resistir a mudanças políticas se contarem com a participação voluntária da população.

Referências Bibliográficas

- CARDIM, Fernão. 1980. *Tratados da terra e da gente do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp.
- COOPER, Chris et al. 2001. *Turismo, princípios e prática*. Porto Alegre: Bookman.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. 1995. *Povos e mares*. São Paulo: NUPAUB/USP.
- GETZ, Donald. 2001. O evento turístico e o dilema da autenticidade. In: THEOBALD, William F. (Org.) *Turismo global*. São Paulo: Senac.
- JANSENVERBEKE, Myriam; LIEVOIS, Elis. 2002. Análise de recursos turísticos para turismo urbano em cidades européias. In: PEARCE, Douglas G.; BUTLER, Richard W. (Orgs.). *Desenvolvimento em turismo. Temas contemporâneos*. São Paulo: Contexto.
- KOTLER, P.; HAIDEN, D. H.; REIN, I. 1994. *Marketing público: como atrair investimentos, empresas e turismo para cidades, regiões, estados e países*. São Paulo: Makron Books.
- MACHÍN, Carmen Altés. 1993. *Marketing y turismo – Introducción al marketing de empresas y destinos turísticos*. Madrid: Síntesis.
- MADRE DE DEUS (Frei), Gaspar da. 1975. *Memórias para a história da capitania de São Vicente*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp.
- PENTEADO, Antônio Rocha. 1965. *A Ilha de São Vicente*. In: AZEVEDO, Aroldo de (Org.). *A Baixada Santista*. v. 3. São Paulo: Edusp.
- PIRES, Mário Jorge. 2001. *Lazer e turismo cultural*. Barueri: Manole.
- ROQUE, Irene Tulik Mariano. 2002. *Efeitos de ações públicas na imagem turística de uma localidade – São Vicente revelada nos “clippings”*. Dissertação de Mestrado, ECA/USP, São Paulo.
- SANTOS, Francisco Martins dos. 1970. *As grandes lendas do litoral paulista*. São Vicente: Ebag.
- SELBY, Martin; MORGAN, Nigel J. 1996. Reconstructing place image: a case study of its role in destination market research. *Tourism Management*, v.17, n° 4, p. 287-294.
- TULIK, Olga. 1988. *Parâmetros geográficos da organização do espaço da Baixada Santista antes do surto cafeeiro paulista*. Tese de doutorado, FFLCH/USP, São Paulo.
- _____. 2001. *Turismo e meios de hospedagem. Casas de temporada*. São Paulo: Roca.
- VAZ, Gil Nuno. 1995. *Marketing institucional: o mercado de idéias e imagens*. São Paulo: Pioneira.

Recebido em 13/08/2003.

Aprovado em 04/09/2003.